



ESTADO DO CEARÁ

**Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**  
UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 24 /2025, de 01 de julho de 2025.

Limoeiro do Norte, 1º de julho de 2025.

À Sua Excelência o Senhor  
Marcio Michael do Nascimento Farias  
**Presidente da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**  
Câmara Municipal  
R. Cel. Malveira, 2266 - Centro, Limoeiro do Norte  
CEP 62930-000

APRESENTADO EM SESSÃO  
ORDINÁRIA  
REALIZADA AOS

**03 JUL. 2025**

CÂMARA M. LIM. DO NORTE

**Assunto:** apresentação de projeto de indicação (*DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO REGISTRO IMOBILIÁRIO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS DE BAIXA RENDA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*).

Senhor Presidente,

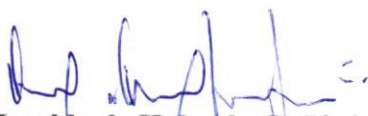
O Vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental em vigor, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. o Projeto de Indicação e justificativa em anexo, a fim de ser submetido ao plenário desta augusta Casa Legislativa.

Caso aprovado, solicita-se envio ao Poder Executivo Municipal.

Na certeza do atendimento da solicitação, apresento a V.Exa. protestos de estima e elevado apreço.

Respeitosamente,

Aprovado por Unanimidade	
(X) Sim	( ) Não
Votos Favoráveis	<u>13</u>
Votos Contrários	<u>-</u>
Abstenções	<u>0</u>
Em Sessão	<u>Ordinária</u>
Realizado aos	<u>03.07.2025</u>
em	<u>única</u> Votação

  
**Heraldo de Holanda G. Júnior**  
Vereador

<b>PROTOCOL</b>
Câmara Mun. Limoeiro do Norte
PROTOCOLO N.º <u>6120</u>
<b>01 JUL. 2025</b>
Horário: <u>10:08</u>
<u>Justina Rocha</u>
Responsável



ESTADO DO CEARÁ

## **Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**

**UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO**

### **JUSTIFICATIVA PARA O PROJETO DE INDICAÇÃO Nº. \_\_\_\_/2025**

A presente proposição visa instituir, no âmbito do Município de Limoeiro do Norte/CE, uma política pública permanente de incentivo ao registro imobiliário de imóveis residenciais pertencentes a famílias de baixa renda, especialmente aquelas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Sabe-se que a regularização fundiária e a formalização do registro imobiliário representam um passo essencial para garantir segurança jurídica, dignidade e cidadania às populações em situação de vulnerabilidade. O registro do imóvel permite que as famílias tenham acesso facilitado a crédito, possam obter financiamentos para melhorias habitacionais, assegurem o direito de herança e afastem riscos de conflitos fundiários e perdas patrimoniais.

Por outro lado, o custo do registro, aliado à falta de informação e orientação, constitui importante obstáculo ao exercício deste direito por milhares de famílias de baixa renda. Muitos municípios possuem somente contratos de compra e venda ou documentos precários que não geram segurança jurídica plena sobre a propriedade.

Nesse sentido, a criação desta Política Municipal possibilitará que o Poder Executivo:

- Promova ações educativas e de orientação gratuita;
- Estabeleça diálogo institucional com os Cartórios de Registro de Imóveis para adoção de condições facilitadas, descontos e parcelamentos, nos termos permitidos pela legislação estadual e federal;
- Celebre convênios e parcerias com entidades públicas e privadas que atuem na área da regularização fundiária;
- Priorize o atendimento às famílias em maior situação de vulnerabilidade.

A iniciativa se alinha aos objetivos constitucionais de redução das desigualdades sociais, promoção do direito à moradia digna e fortalecimento da cidadania.

Por fim, ressalta-se que este projeto não cria obrigação financeira imediata ao Município, pois estabelece diretrizes gerais que poderão ser executadas progressivamente, conforme disponibilidade orçamentária e regulamentação específica.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres vereadores para aprovação da proposta. Segue em anexo o modelo de Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 1º de julho de 2025.

  
**Heraldo de Holanda G. Júnior**  
Vereador





ESTADO DO CEARÁ

# **Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**

**UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO**

## **- ANEXO I -**

### **SUGESTÃO DE PROJETO DE LEI:**

**“PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_/2025, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.**

**“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE INCENTIVO AO REGISTRO IMOBILIÁRIO DE IMÓVEIS RESIDENCIAIS DE BAIXA RENDA NO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

*A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:*

**Art. 1º.** Fica criada a **Política Municipal de Incentivo ao Registro Imobiliário de Imóveis Residenciais de Baixa Renda**, com o objetivo de facilitar e promover a regularização imobiliária de imóveis urbanos residenciais, através do registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

**Art. 2º.** São beneficiários desta Política Municipal as pessoas físicas que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios:

- I – sejam titulares de posse de único imóvel residencial de até 200m², localizado no território do Município de Limoeiro do Norte;
- II – sejam residentes no imóvel a ser regularizado;
- III – estejam inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico);
- IV – tenham renda familiar mensal de até 3 (três) salários mínimos.

**Art. 3º.** A Política Municipal compreenderá, entre outras ações:

- I – orientação e assistência técnica gratuita aos beneficiários, incluindo esclarecimentos sobre documentação necessária, procedimentos e benefícios do registro;
- II – intermediação junto aos Cartórios de Registro de Imóveis, visando a adoção de condições facilitadas, descontos, parcelamento e isenções de emolumentos, conforme legislação vigente e regulamentação estadual;
- III – celebração de convênios e termos de cooperação com os Cartórios de Registro de Imóveis do município e outros órgãos ou entidades públicas e privadas que possam contribuir para o alcance dos objetivos desta Lei;



ESTADO DO CEARÁ

## **Câmara Municipal de Limoeiro do Norte**

**UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO**

IV – campanhas de divulgação e conscientização acerca da importância do registro imobiliário.

**Art. 4º. O Poder Executivo Municipal poderá:**

I – criar programas específicos e editar normas regulamentares para disciplinar a execução desta Lei;

II – estabelecer critérios adicionais de priorização, considerando, entre outros fatores, a situação de vulnerabilidade social, a antiguidade da posse e a existência de pessoas idosas, com deficiência ou crianças no núcleo familiar;

III – firmar parcerias com a Defensoria Pública, Ministério Público, associações comunitárias e entidades sem fins lucrativos que atuem na regularização fundiária e no apoio às populações de baixa renda.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 6º.** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

**Art. 7º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

*Câmara Municipal de Limoeiro do Norte, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.”*

***Dilmara Amaral Silva***  
***Prefeita Municipal***